

OPERAÇÃO LAVA JATO



HARTUNG PEDIU DOAÇÕES PARA ALIADOS, DIZ DELATOR

Ex-executivo da Odebrecht pressupôs que caixa 2 era conhecido

✎ VINÍCIUS VALFRÉ
✎ LETÍCIA GONÇALVES

Na delação premiada firmada com a Lava Jato, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior, o BJ, detalhou encontros pessoais com o governador Paulo Hartung (PMDB) e pedidos diretos do peemedebista para distribuição de recursos para campanhas eleitorais de aliados dele em 2010 e 2012, quando o atual governador não concorreu. O delator disse, ainda, pressupor que Hartung sabia de pagamentos via caixa 2.

No depoimento, divulgado ontem, de cerca de 11 minutos aos procuradores, complementado com leitura de documentos, o ex-executivo relata relação próxima com Hartung.

BJ contou aos procuradores da Lava Jato que a Odebrecht realizou quatro pagamentos de R\$ 250 mil, em 2010, a Neivaldo Bragato, ex-chefe de gabinete do peemedebista. Aliado histórico de Hartung, Bragato teria sido indicado pelo próprio governador por ser pessoa de confiança. O delator disse, ainda, que esse foi o “primeiro ilícito com relação ao doutor Paulo Hartung”.

Os pagamentos, em espécie, teriam sido realizados em hotéis no Rio de Janeiro. Até fevereiro, Bragato era o chefe de gabinete



REPRODUÇÃO/STF

Benedicto Júnior detalhou, durante quase 11 minutos, menções ao governador

de Hartung no Palácio Anchieta. “Ele indicou pessoa da confiança dele, que era o Neivaldo Bragato. Coloquei o Sérgio Neves, que era o diretor-superintendente que cuidava de Minas e Espírito Santo, em contato com o Neivaldo Bragato. E o Sérgio Neves me informou que fizemos quatro pagamentos de R\$ 250 mil cada um. Em hotéis no Rio de Janeiro, em espécie”, declarou.

O delator disse ter sido novamente procurado por Hartung em 2012, quando foram destinados R\$ 80

O apelido do governador: “Baianinho”

✎ De acordo com o depoimento de Benedicto Júnior, a Odebrecht criou o apelido “Baianinho” para se referir ao governador Paulo Hartung. A referência se deu porque o Estado

mil. O pagamento, de acordo com o delator, foi feito via Roberto Carneiro, dentro do comitê de campanha do PMDB em Vitória.

No atual governo, Car-

neiro, hoje no PDT, foi vice na chapa de Amaro Neto (SDD) em Vitória. “Eu autorizei e fizemos uma doação de R\$ 80 mil para campanhas do PMDB no pleito municipal no Espírito Santo. Essa programação foi cumprida no dia três do nove de 2012, em Vitória. O Sérgio Neves me informou que a pessoa que fez a recepção desse dinheiro foi uma pessoa chamada Roberto Carneiro, que trabalhava no escritório de campanha do PMDB lá em Vitória”, disse BJ.

neiro, hoje no PDT, foi subsecretário da Casa Civil e, hoje, é diretor-geral da Assembleia Legislativa. Na eleição de 2016, Carneiro foi candidato a

vice na chapa de Amaro Neto (SDD) em Vitória.

“Eu autorizei e fizemos uma doação de R\$ 80 mil para campanhas do PMDB no pleito municipal no Espírito Santo. Essa programação foi cumprida no dia três do nove de 2012, em Vitória. O Sérgio Neves me informou que a pessoa que fez a recepção desse dinheiro foi uma pessoa chamada Roberto Carneiro, que trabalhava no escritório de campanha do PMDB lá em Vitória”, disse BJ.

CAIXA 2

Benedicto afirmou que todos os montantes foram pagos via caixa 2. Questionado pelos procuradores se Paulo Hartung sabia que as doações seriam pela via ilegal, o delator respondeu: “Quando ele me pediu dinheiro nós dois não discutimos. Depois, quando o Sérgio Neves conversou com o Neivaldo eles detalharam como seria. Como era um valor muito acima de uma doação que nós faríamos para um partido ou um candidato, o Sérgio ficou... o Neivaldo inclusive de fazer caixa 2. Como o Neivaldo era uma pessoa de confiança do doutor Paulo, eu pressuponho que o doutor Paulo sabia que nós íamos fazer em caixa dois”.

ALGUNS TRECHOS

“No ano de 2010 eu fui procurado pelo governador Paulo Hartung com um pedido de ajuda para campanha. Na época, ele tava encerrando o mandato dele e não ia concorrer a nenhum cargo, mas tinha um grupo político em torno dele”

“Ele indicou pessoa da confiança dele, o Neivaldo Bragato. Coloquei o Sérgio Neves (...) em contato com o Neivaldo Bragato. E o Sérgio Neves me informou que fizemos quatro pagamentos de R\$ 250 mil cada um. (...) Em hotéis no Rio de Janeiro, em espécie. Provenientes do sistema de operações estruturadas da Odebrecht”

“O primeiro ilícito com relação ao doutor Paulo Hartung foi esse. Em 2012, novamente em campanha a prefeitura no Espírito Santo, ele me procurou e pediu contribuição para o partido”

“Como o Neivaldo era uma pessoa de confiança do doutor Paulo, eu pressuponho que o doutor Paulo sabia que nós íamos fazer em caixa dois”

BENEDICTO JÚNIOR

Peemedebista “não era patrimonialista”

✎ Embora tenha falado em “ilícito”, o ex-executivo Benedicto Júnior fez elogios à postura do governador Paulo Hartung (PMDB). Segundo ele, o peemedebista “não se movimentava” para oferecer contrapartidas ao Grupo Odebrecht.

A partir de “relação muito pessoal e saudável” cultivada desde quando Hartung

era senador, o delator afirmou respeitar muito “o doutor Paulo Hartung pela forma que ele conduz a vida política dele”.

“A agenda dele ele abria, se eu pedisse. Mas ele nunca se movimentou para tal benefício direto com a Odebrecht. Era muito correto nessa parte”, afirmou. Benedicto disse avaliar o governador

como um “bom formador de opinião”. “Ele não era pessoa patrimonialista, preocupada com aspectos financeiros. Ele cuidava da política, do partido dele. Nunca tive uma agenda pra dizer ‘olha, ele fez isso por mim’”, disse BJ.

O OUTRO LADO

Atual membro do conselho administrativo do

Banestes e citado pelo delator da Odebrecht, Neivaldo Bragato foi procurado pela reportagem de A GAZETA, mas não deu retorno até a 0h50.

O diretor-geral da Assembleia, Roberto Carneiro (PDT), também foi procurado, não atendeu nem retornou as ligações feitas ontem à noite.

REPRODUÇÃO/TV GAZETA



Hartung foi citado por ex-executivo da Odebrecht

vvogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Primeiro PH não queria ouvir falar em reeleição (voltaria ao Congresso). Depois passou a dizer que poderia não ser candidato a nada. Recentemente, começou a indicar que poderia buscar reeleger-se.

A fila desanda

Ao fim da nova etapa da Lava Jato iniciada agora, alguns terão sido feridos de morte. Outros, gravemente feridos. E haverá ainda os que, atingidos apenas de raspão, talvez consigam até se reerguer. Uma coisa é certa, porém: nenhum dos políticos que tiveram o nome citado pelos delatores da Odebrecht conseguirá ficar ileso ao impacto da “lista de Fachin”.

A constatação vale, logicamente, para os políticos capixabas envolvidos. De Hartung a Casagrande, de Luiz Paulo a Luciano Rezende, passando por Ricardo Ferraço (o único já sob investigação), todos ficam politicamente menores com o fato de terem tido o nome incluído na relação de investigados ou de investigáveis pelo Ministério Público na maior operação de combate à corrupção da história do país. Não é pouco em termos de imagem pública – algo que líderes políticos devem cultivar como a própria vida, sobretudo quando nutrem aspirações eleitorais. De modo colateral, a gravidade da situação lança uma imensa interrogação sobre o cenário que se desenhava para a eleição estadual em 2018.

Hartung, Casagrande, Ferraço, Luciano, Luiz Paulo... Todos estão (ou estavam) na fila de “paláciáveis”, políticos capixabas com potencial e/ou interesse em se lançar ao Palácio Anchieta. Agora, mesmo que de modo incipiente, estão implicados na Lava Jato. Como fica essa fila daqui para a frente? Dificilmente chegará inteira daqui a um ano.

A gravidade do momento exige cautela extrema, a fim de se evitar qualquer prejulgamento ou condenação precipitada. É preciso conter a ansiedade, refrear a sanha punitiva, esperar que o MPF e a

Justiça façam o seu trabalho como lhes compete. Agora, o tempo da Justiça não é o da política, e a opinião pública não se move com razão cartesiana. Antes de as águas da Justiça rolarem, planos eleitorais podem acabar naufragando.

Tome-se o caso de Hartung. Nas últimas entrevistas à imprensa capixaba, mantendo seu comportamento clássico, o governador parecia vir se esforçando em confundir o público sobre os seus planos, espalhando sinais para lá de contraditórios. Certo mesmo é que não passa por sua cabeça abdicar de exercer protagonismo no processo eleitoral.

Há dois anos, Hartung vem buscando, com certo êxito, projetar-se para fora do Estado e atrair reconhecimento nacional como gestor público. Agora, vem a delação de que teria recebido da Odebrecht “pagamentos indevidos” para as campanhas de 2010 e 2012, totalizando montante superior a R\$ 1 milhão. O ministro Fachin encaminhou o material para análise do STJ, que decidirá se abre ou não inquérito em face de Hartung. Mas o teor da delação, por si só, tem potencial para afetar a imagem do governador e talvez até para levá-lo a repensar, se não abortar, a rota de voo em 2018.

O que vale para PH também se aplica a Casagrande e ao polo político que vinha se formando à margem do atual governo.

—
“É um tsunami político e eleitoral que afeta um amplo número de políticos, e ele (Hartung) consequentemente foi pego no meio desse tsunami”
 —

PAULO CALMON CIENTISTA POLÍTICO

Apeados do poder no Estado, socialistas vinham apostando na volta de Casagrande como se fosse ele um salvador. Estrelada pelo ex-governador, a última propaganda do PSB não deixou dúvidas quanto a seus planos. Já Luciano Rezende, apesar de sempre negar qualquer chance de concorrer ao governo em 2018, será no mínimo um agente importante no processo – a princípio, como principal aliado de Casagrande. Luiz Paulo é outro que, mesmo sem o nome na cédula, seria um player importante, e seu apoio, um ativo cobiçado.

Despojado da candidatura à sucessão de Hartung em 2010, Ferraço vem batendo na tecla de reeleição ao Senado, mas isso faz parte do jogo e ninguém o descarta como potencial candidato, de novo, ao lugar do peemedebista.

Todos eles, assim como Hartung, perdem força automaticamente pela simples inclusão no rol de delatados. E, caso passem à condição de investigados antes da próxima eleição (lembrando que Ferraço já o é), eventuais projetos de candidatura podem até ficar inviabilizados. Nesse cenário, quem sobrar?



A pergunta

O teor da delação, por si só, tem potencial para arrastar a imagem pública do governador Paulo Hartung e até para estragar os seus planos eleitorais em 2018? Foi a pergunta que fizemos a três cientistas políticos de fora do Estado.

Impacto local

“A presença do nome dele na lista traz um impacto político imediato negativo, mesmo sabendo que a lista ainda não é uma acusação formal e que é preciso levar em conta a presunção de inocência. Hartung vinha se destacando, com uma imagem positiva. Com a crise da segurança pública, que teve repercussão nacional, ele já vinha tendo a imagem um pouco abalada. E agora vem outro fato de repercussão nacional. O impacto local da lista sobre lideranças locais será grande, e não deixará de ser assim no Espírito Santo.” (Paulo Baía - UFRJ)

Acusações diluídas

“Essa é uma pergunta difícil de responder sem um olhar mais cuidadoso. Obviamente, o contexto dessa grande leva de denúncias envolvendo nomes de políticos dilui um pouco o peso da acusação. E ainda se trata de suspeita que carece de evidência. Agora, não resta a menor dúvida de que arranha a imagem dele, é óbvio, e afeta a credibilidade dele. E agora ele terá que demonstrar ao público de maneira inequívoca a sua inocência.” (Paulo Calmon - UnB)

Visibilidade negativa

“Hartung enfrentou a greve dos policiais de uma forma no mínimo altaneira. Manteve a coluna ereta. É uma pena ele estar na lista. Como ele estava muito fora das investigações, aparecer agora dessa forma não é bom. Como ele aparece pouco em nível nacional, quando algo ruim acontece não é bom para ele. Ele não tem lenha para queimar do ponto de vista de visibilidade.” (José Luiz Niemeyer - Unicamp)

OPERAÇÃO LAVA JATO

ESCRITÓRIO DE HARTUNG

Encontros aconteciam na Reta da Penha

Benedicto Júnior apresentou endereços e telefones que provariam contatos com Hartung

LETÍCIA GONÇALVES
VINÍCIUS VALFRE

O então presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Júnior, trabalhava no Rio de Janeiro, mas fazia questão de se deslocar até Vitória para conversar pessoalmente com Paulo Hartung (PMDB). Os encontros, de acordo com o agora delator, ocorreram em 2010, quando o peemedebista exercia o último ano

de mandato à frente do governo do Estado, e em 2012, ano em que ele não ocupava cargo eletivo.

O local escolhido para as reuniões era o escritório de Hartung, localizado no edifício Corporate Center, na Reta da Penha, em Vitória, descrito pelo delator como “escritório para projetos financeiros”. Quando deixou o governo, Paulo Hartung passou a atuar na empresa Éconos – Economia Aplicada aos Negócios Ltda, justamente neste endereço. Benedicto Júnior, no entanto, disse que o tema das conver-



Detalhe da fachada do edifício mencionado por delator

sas eram “assuntos privados” e que não houve pedido de benefícios à Odebrecht.

Durante o depoimento, o delator foi perguntado sobre se houve alguma tratativa com o governador no Palácio Anchieta. B.J., como é mais conhecido, respondeu que já esteve na sede do governo estadual, mas que não falou sobre repasses de recursos lá. “Nesse período não (não esteve no Palácio), porque ele não estava mais. Mas teve reunião no Palácio”, conta.

Em resposta a outra pergunta, o delator ressalta

que trabalhava no Rio, mas que seguia para Vitória “especificamente pra conversar com ele (Hartung)”. Entre as provas citadas pelo delator para demonstrar essa ligação e corroborar os pagamentos ilícitos – ainda que B.J. não especifique onde o pedido de doação foi feito –, estão o extrato do programa de gerenciamento de e-mails e os dados dos contatos que usava para conversar com “doutor Paulo”: “Os telefones, os e-mails pessoais dele, endereços onde eu me encontrava com ele”.



OPERACÃO LAVA JATO



A ÍNTEGRA DA DELAÇÃO

Com 30 anos de trabalho no grupo Odebrecht, Benedicto Júnior era considerado um dos executivos mais importantes da companhia. Foi responsável, por exemplo, pelas obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. Também era tratado como o elo entre a empresa e o mundo político.

No depoimento concedido aos procuradores da Lava Jato em dezembro de 2016, no Rio, publicado ontem à noite pelo site G1, ele falou por cerca de 11 minutos sobre o governador Paulo Hartung (PMDB).

Confira a íntegra do depoimento:

No tocante a Paulo Hartung, o que o senhor tem a dizer?

No ano de 2010 eu fui procurado pelo governador Paulo Hartung com um pedido de ajuda para campanha. Na época, ele estava encerrando o mandato dele e não ia concorrer a nenhum cargo, mas tinha um grupo político em torno dele. Ele pediu uma doação. Tinha uma relação pessoal minha com ele. Ele era uma pessoa que foi do Senado, tinha uma relação muito saudável. Eu estava me preparando para pagar R\$ 1 milhão para campanha, aos candidatos que o PMDB ia apoiar em 2010. Eu perguntei a ele quem seria a pessoa que nós devíamos procurar para tratar disso. Ele indicou uma pessoa da confiança dele, que era o Neivaldo Bragato. Coloquei o Sérgio Neves, que era o diretor-superintendente que cuidava de Minas e Espírito Santo, em contato com o Neivaldo Bragato. E o Sérgio Neves me informou que nós fizemos quatro pagamentos de R\$ 250 mil cada um. Foram feitos no Rio de Janeiro. Em hotéis no Rio de Janeiro, em espécie, provenientes do sistema de operações estruturadas da Odebrecht. E eu trago como colaboração as programações de pagamento executadas. O primeiro ilícito com relação ao doutor Paulo Hartung foi esse. Em 2012, novamente em campanha a prefeitura no Espírito Santo ele me procurou e pediu contribuição para o partido. Os candidatos que o partido apoiaria no Espírito Santo. Eu autorizei e fizemos uma doação de R\$ 80 mil para campanhas do PMDB no pleito municipal no Espírito Santo. Essa programação foi cumprida no dia três do nove de 2012, em Vitória. O Sérgio Neves, que é meu executivo, me informou que a pessoa que fez a recepção desse dinheiro foi uma pessoa chamada Roberto Carneiro, que trabalhava no escritório de campanha do PMDB lá em Vitória.

Todos os dois casos, de R\$ 1 milhão e de R\$ 80 mil, foram caixa 2?

Foram caixa 2. Os dois foram usando o sistema de operação estruturada nosso. Via caixa 2, ilícito, doutor.

O governador Paulo Hartung já deu algum benefício concreto para a Odebrecht?

Não, doutor. Uma das pessoas que eu respeito muito é o doutor Paulo Hartung, pela forma que ele conduz a vida política dele. A agenda dele ele abria, se eu pedisse. Eu era recebido, ele me ouvia. Mas ele nunca se movimentou para tal be-



nefício direto com a Odebrecht. E aí nesse caso a relação era minha diretamente. Então, era muito correto nessa parte.

O senhor trouxe algumas provas de colaboração. Pode falar o que é?

A primeira é o extrato fiel do meu Outlook (programa de gerenciamento de e-mails), que entreguei para vocês. Dá todos os dados de forma de contatos que usava para conversar com o doutor Paulo. Os telefones, os e-mails pessoais dele, endereços onde eu me encontrava com ele, as secretárias que atendiam minhas ligações para marcar reuniões com ele, que eram a Simone e a Deise. Então, essa era a via de relacionamento, me comportando para conversar com ele.

Essas conversas que o senhor acabou de relatar com o senhor Paulo Hartung ocorreram onde?

Elas ocorreram no escritório político dele, no Edifício Corporate Center, lá em Vitória, na Avenida Nossa Senhora da Penha. Era lá que acontecia. Um escritório de consultoria para projetos financeiros.

Isso tanto em 2010 quanto em 2012?

Exatamente. No escritório dele lá.

O seu local de trabalho era aqui no Rio de Janeiro e ia a Vitória especificamente para conversar com ele?

Especificamente para conversar com ele.

“

Ele (Hartung) indicou uma pessoa da confiança dele, que era o Neivaldo Bragato. Coloquei o Sérgio Neves, que era o diretor-superintendente que cuidava de Minas e Espírito Santo, em contato com Bragato”

E, pela posição que o senhor ocupava, não teve benefício concreto nenhum para a Odebrecht?

Eu tinha... o governador, por administrar um Estado pequeno, era bom formador de opinião... Ele não era pessoa patrimonialista, preocupada com aspectos financeiros. Ele cuidava da política, do partido dele. Nunca tive uma agenda para dizer “olha, ele fez isso por mim”. Discutíamos assuntos privados. Por exemplo, perguntava “eu tô fazendo

negócio com a Vale, que vai construir uma ferrovia, que vai passar pelo seu Estado. Você acha que vai ser importante? A Vale vai construir...”. Tinha uma entabulação de ouvi-lo para as ações que estávamos fazendo para o nosso lado. Mas nunca pedi a ele e nunca tivemos um benefício.

Pode falar do outro documento?

O primeiro foi o 46-A. O 46-B, ele traz uma síntese dos pagamentos que foram extraídos, que nós importamos do nosso sistema “Drousys”. Aqui são cópias em PDF, mas estão contemporaneamente dentro do sistema e foi entregue integralmente ao Ministério Público para ser usado como corroboração. Aqui tem um resumo dos pagamentos, mas tem planilhas com e-mails demonstrando os pagamentos, planejamento e programação de pagamentos para o codinome “Baianinho”, que era o codinome que adotamos, por ser um Estado próximo à Bahia, que era o codinome que usávamos para o doutor Paulo Hartung.

O fato de constar esses pagamentos nas planilhas atestam que eles foram realmente realizados?

Atestam que foram realmente realizados.

Quando o Paulo Hartung te procurou ele já sabia que o recurso ia por meio de caixa 2?

Quando ele me pediu dinheiro, nós dois não discutimos. Depois, quando o Sérgio Neves conversou com o Neivaldo eles detalharam como seria. Como era um valor muito acima de uma doação que nós faríamos para um partido ou um candidato, o Sérgio ficou... o Neivaldo inclusive de fazer caixa 2. Como o Neivaldo era uma pessoa de confiança do doutor Paulo, eu pressuponho que o doutor Paulo sabia que nós íamos fazer em caixa 2.

O senhor chegou a ter reuniões com ele no Palácio do governo?

Nesse período, não, porque ele não estava mais. Mas teve reunião no Palácio.

Mas você tratou com ele desses pagamentos lá no Palácio?

Não.

Tratou disso sempre no escritório dele?

No escritório dele.

Onde era o escritório dele?

Na Avenida Nossa Senhora da Penha, no edifício Corporate Tower, se não me engano.

Onde foi feita a entrega desses valores?

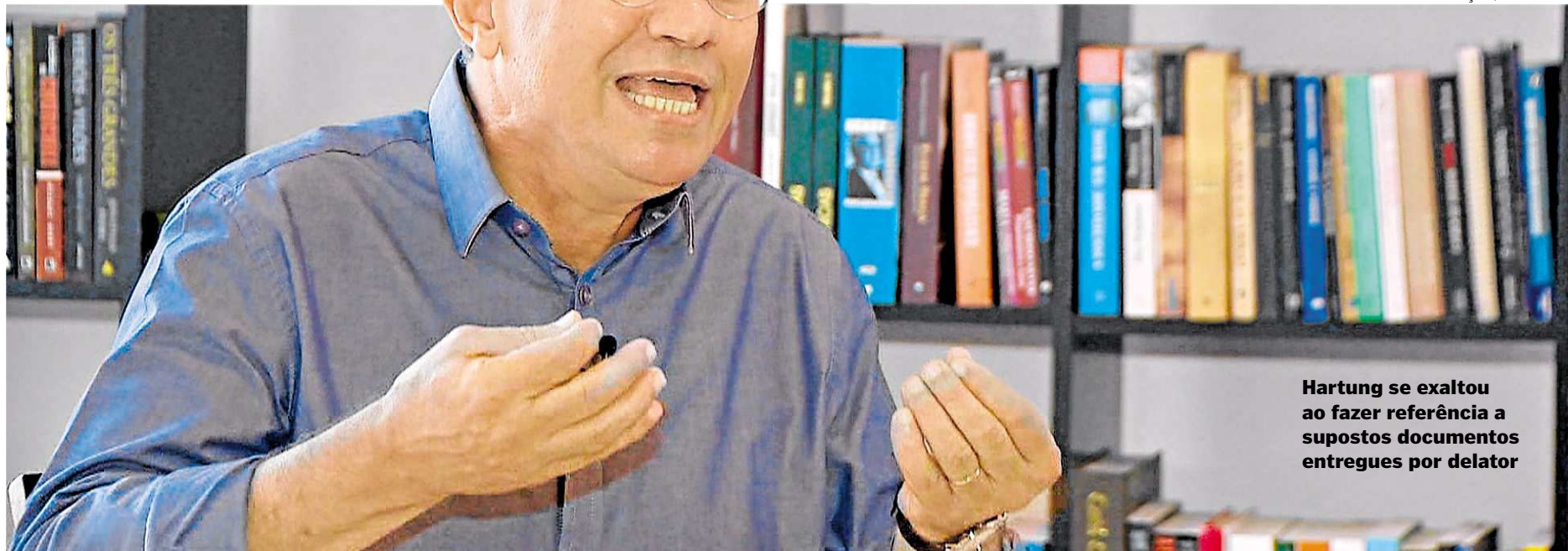
O R\$ 1 milhão em 2010 foi feito em hotéis no Rio de Janeiro. O meu executivo que tratou diretamente com Neivaldo, na colaboração dele, deve ter detalhado como os pagamentos foram feitos porque foram eles que combinaram os hotéis. O doutor Neivaldo deve ter vindo de Vitória até aqui para fazer o recebimento do dinheiro.

OPERAÇÃO LAVA



REAÇÃO

REPRODUÇÃO/TV GAZETA



Hartung se exaltou ao fazer referência a supostos documentos entregues por delator

Hartung reage: “Essa delação é um delírio e não fica de pé”

Governador garante não ter qualquer elo com delatores do Grupo Odebrecht

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
▄ VITOR VOGAS

Citado por delator da Odebrecht como destinatário de R\$ 1,080 milhão em pagamentos indevidos, o governador Paulo Hartung (PMDB) afirmou que as informações são “delirantes” e “não se mantêm de pé”.

O governador concedeu entrevista pela manhã, na Residência Oficial, ao jornalista Mário Bonella, da TV Gazeta. À tarde e à noite – após divulgação do vídeo com o depoimento do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior – o jornal AGAZETA solicitou entrevista com o governador, mas a assessoria dele informou que o peemedebista não se pro-

nunciaria novamente.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin enviou o caso de Hartung ao Superior Tribunal de Justiça, que tem a atribuição de investigar governadores. Caberá ao STJ decidir se Hartung será ou não investigado.

O delator Benedicto Júnior, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, afirmou que os pagamentos a Hartung ocorreram em setembro de 2010 e se-

tembro de 2012. Nesses anos, o peemedebista não disputou eleições, mas apoiou diversos candidatos. Em 2010, ele era governador. Em 2012, estava sem mandato eletivo.

“Eu estou indignado? Absolutamente. Essa delação em relação a minha pessoa não é uma delação. É um delírio. Não tem outra forma de caracterizar isso. Os capixabas sabem onde eu estava em 2010. A citação é 2010 e 2012. Em 2010 eu estava

terminando um governo bem-sucedido no Espírito Santo, melhor avaliado do país. Eu terminei o governo. Eu não fiz organização de campanha. Isso é um disparate. Quando chega em 2012 eu já estou na iniciativa privada”, afirmou ontem, em entrevista à TV Gazeta.

O governador definiu a situação como “absurda”. “É absurdo, é descabido. Dói muito a alma da gente um trem desse.”

Hartung expressou preo-

cupação com a possibilidade de as delações dos 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht jogarem todos os políticos “na vala comum”, o que, para ele, pode resultar em ausência de líderes para conduzir o processo político no país e no Espírito Santo.

“Eu tenho muito medo disso. Você vai jogar tudo na vala comum? Quem vai ficar para liderar o processo desse país, do nosso Estado? Isso não é um bom caminho. O que eu vou fazer, hoje con-

versei cedo com o advogado. Se for possível, vou ser o primeiro a chegar lá para tratar dessa questão delirante. E esperar que aconteça o que nos países desenvolvidos acontece, que prevaleça a justiça e que um processo absurdo desse seja arquivado”, declarou o governador.

Hartung foi questionado pelo repórter da TV Gazeta sobre o fato de Fachin ter anotado a existência de “documentos que comprovariam esses pagamentos”, no despacho em que remeteu o teor da delação ao STJ.

“Dou uma procuração agora para você, Mário Bonella, Rede Gazeta, para ir nas minhas contas e olhar minhas contas em todos os tempos para ver se acham esses valores lá. Não vão achar. Estou dizendo a você. Não tem conexão. Isso é um delírio. É uma delação de alguém que foi pego cometendo erros que traz elementos que não ficam de pé.”

VALA COMUM

“Eu tenho muito medo disso. Você vai jogar tudo na vala comum? Quem vai ficar para liderar o processo desse país, do nosso Estado? Isso não é um bom caminho”

PAULO HARTUNG

Colnago critica “onda de denunciismo”

▄ Durante a manhã de ontem, o vice-governador César Colnago (PSDB) foi escalado para substituir o governador Paulo Hartung (PMDB) em solenidades. Na Serra, durante discurso em evento da área de Segurança, o vice-governador também

destacou o cenário político, um dia após o aliado ter sido citado na lista do ministro Edson Fachin. “Vivemos uma onda de exageros e denunciismo para manchar a reputação de todos. Temos que separar alhos de bugalhos”, disse.

PROCURAÇÃO

“Dou procuração agora para você, Mário Bonella, para ir nas minhas contas e olhar minhas contas em todos os tempos para ver se acham esses valores lá”

PAULO HARTUNG

Governador cancelou toda agenda pública

▄ O governador Paulo Hartung (PMDB) cancelou todas as agendas públicas que havia marcado para ontem, um dia após o ministro do STF Edson Fachin abrir o sigilo das delações de executivos da Odebrecht e remeter ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma petição em que consta o no-

me do peemedebista.

Segundo o delator Benedicto Júnior, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, Hartung teria recebido R\$ 1,080 milhão em “pagamentos indevidos”.

Na agenda prevista para ontem, o peemedebista iria a Colatina participar da inauguração do Sesi/Senai, às 8h. Mais tar-

de, por volta das 10h, também estava prevista a participação dele em um evento de entrega de 13 viaturas para a 14ª Companhia Independente de Feu Rosa, na Serra.

Na Serra, o evento chegou a ser adiado para as 11h e mudou de local. Assessoria do governo não confirmavam a ida do governa-

dor e, por fim, o vice-governador César Colnago (PSDB) foi escalado para a entrega das viaturas.

Segundo a assessoria de Hartung, a decisão de cancelar os eventos públicos se deu na noite de terça-feira, logo após a abertura do sigilo das delações. Hartung teria se dedicado a estudar o caso em que é

LEONARDO DUARTE/SECOM-ES



Vice-governador ocupou assento de Paulo Hartung

citado por delatores.

A derrubada do sigilo das delações e a divulgação das decisões do ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato na Suprema Corte, causaram um verdadeiro terremoto na política nacional e local, com citações a mais de uma centena de nomes. Os fatos atribuídos a Hartung teriam acontecido nos anos de 2010 e 2012, segundo o delator. (Rafael Silva)

OPERAÇÃO LAVA JATO



DOAÇÕES ELEITORAIS

Casagrande nega ilegalidade

GERALDO MAGELA/AG. SENADO - 13/12/2016

Ele confirma, no entanto, que o PSB recebeu doações da Odebrecht em 2010 e em 2014

▄ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

Um dia após ter seu nome citado com os de outros políticos do Estado em delações de ex-executivos da Odebrecht, o ex-governador Renato Casagrande (PSB) confirmou que seu partido recebeu dinheiro da construtora para as campanhas de 2010 (quando se elegeu governador) e 2014 (quando tentou a reeleição), mas negou que o dinheiro tenha sido captado de forma ilegal.

“Em 2010 e 2014 as coordenações das campanhas e o PSB receberam os mesmos recursos da empresa, de acordo com a legislação eleitoral que previa arrecadação de empresas privadas. Nas eleições de 2012 a direção nacional

do PSB repassou aos municípios, através da direção estadual, recursos arrecadados das empresas para colaborar com as campanhas de prefeitos”, disse Casagrande.

Para o socialista, os ex-executivos não fazem a dissociação do que são doações legais de campanha das ilegais, como forma de se beneficiarem.

“A regra era a de captação de recursos via setor empresarial. A lei permitia isso. No momento da delação, os diretores das empresas precisam entregar informações novas para terem benefício. Imagino que eles misturam tudo. Doações para campanha e propina”, disse Casagrande, que acredita que muitos podem estar sendo delatados injustamente.

“Muitos que estão delatados e denunciados não desviaram nenhum recurso, mas, neste momento, até

PACIÊNCIA



“Nessa hora tem que ter paciência para não cometer injustiça, tem que aguardar”

PAULO FOLETTO
PRESIDENTE DO PSB NO ES

a conclusão da investigação, todos são apresentados igualmente. Portanto, o que diferencia não é a exposição neste momento e sim como o dinheiro recebido foi aplicado: na campanha ou no enriquecimento ilícito. No nosso governo, por exemplo, a empresa não teve ne-

nhum contrato conosco”, afirma o ex-governador.

Sobre um possível desgate político para uma provável candidatura ao governo no ano que vem, Casagrande acredita que não.

“Tenho certeza que não. O recurso arrecadado foi para campanha, e isso ninguém tem dúvida. Ficará claro”, disse.

O presidente do PSB no Estado, deputado federal Paulo Foletto, pediu calma para não ocorrerem julgamentos precipitados.

“Nessa hora tem que ter paciência para não cometer injustiça, tem que aguardar. Tem que ver a origem da citação, analisá-la e, se abrir inquérito, o inquérito dizer. Tenho confiança nos quatro principais nomes, o do Paulo Hartung, do Casagrande, do Ferraz e do Luciano. São pessoas que convivo há muito tempo, políticos que não têm costume de participar desse tipo de coisa.”



Renato Casagrande governou o Estado de 2011 a 2014